



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Política Social: fundamentos histórico-teóricos, análise, avaliação e financiamento

A Política de Assistência Estudantil: entre a garantia de direitos e a gestão da questão social*

Maria da Graça do Nascimento de Sousa¹

Ronaldo Marcos de Lima Araujo²

Resumo: O presente estudo analisa a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Pará (IFPA) enquanto expressão da política social no capitalismo contemporâneo, revelando suas contradições entre a garantia de direitos e a gestão da questão social. Parte-se da compreensão de que a política social se constitui como resposta às desigualdades produzidas pelo sistema capitalista, assumindo funções simultâneas de proteção e regulação social. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com base em revisão bibliográfica e análise documental. O referencial teórico fundamenta-se na tradição crítica, com destaque para autores marxistas e do campo da política social. Os resultados parciais indicam que a assistência estudantil contribui para a permanência discente e para a mitigação das desigualdades educacionais, porém apresenta limites relacionados ao financiamento, à focalização e à seletividade. Conclui-se que a política opera de forma contraditória, ao ampliar o acesso a direitos ao mesmo tempo em que atua na gestão das expressões da questão social.

Palavras-chave: assistência estudantil; política social; questão social; desigualdade.

Student Assistance Policy: between the guarantee of rights and the management of the social question

Abstract: This study analyzes the Student Assistance Policy of the Federal Institute of Pará (IFPA) as an expression of social policy in contemporary capitalism, highlighting its contradictions between the guarantee of rights and the management of the social question. It is grounded in the understanding that social policy constitutes a response to the inequalities produced by the capitalist system, assuming simultaneous functions of protection and social regulation. The research adopts a qualitative and exploratory approach, based on bibliographic review and document analysis, including national legislation on Student Assistance. The theoretical framework is based on the critical tradition, with emphasis on Marxist authors and scholars in the field of social policy. Partial findings indicate that student assistance contributes to student retention and to the mitigation of educational inequalities; however, it presents limitations related to funding, targeting, and selectivity. It is concluded that the policy operates in a contradictory manner, as it expands access to rights while simultaneously acting in the management of the expressions of the social question.

Keywords: student assistance; social policy; social question; inequality.

* Este artigo é parte dos resultados da pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia, da UFPA.

¹ Mestre em EPT e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia. Email: gracasousamachado@gmail.com.

² Doutor em Educação e Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia da UFPA. Email: ronaldolimaaraujo@gmail.com

Introdução

A assistência estudantil, enquanto política pública voltada à permanência de estudantes no ensino superior, ganha centralidade no contexto de expansão e democratização do acesso à educação no Brasil. Institucionalizada por meio do Decreto nº 7.234/2010 e atualizada pela Lei nº 14.914/2024, essa política se apresenta como estratégia fundamental para enfrentar as desigualdades educacionais, especialmente entre estudantes oriundos das classes trabalhadoras.

Entretanto, a assistência estudantil deve ser compreendida para além de sua dimensão normativa e operacional, sendo analisada no interior das determinações históricas da política social no capitalismo. Nesse sentido, a política social não pode ser compreendida apenas como um mecanismo de garantia de direitos, mas, sobretudo, como uma forma de resposta às expressões da questão social. Assim, pensar tais expressões no interior da sociabilidade capitalista “supõe dar conta de sua historicidade, que, na análise do autor de *O Capital*, dispõe de uma dupla e indissociável característica que a particulariza” (IAMAMOTO, 2001, p. 13).

As políticas sociais são compreendidas como mediações históricas das expressões da questão social, constituindo respostas estatais às contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Conforme Netto (2001), a questão social “é indissociável da sociabilidade capitalista, sendo expressão das desigualdades produzidas pela própria dinâmica do capital” (NETTO, 2001, p. 25). Nessa direção, Iamamoto (2008) afirma que as políticas sociais operam como “mediações fundamentais na relação entre Estado e classes sociais, atuando na reprodução das relações sociais” (IAMAMOTO, 2008, p. 141). De forma complementar, Behring; Boschetti (2011) destacam que tais políticas, especialmente no contexto neoliberal, assumem um caráter contraditório, pois “ao mesmo tempo em que respondem a necessidades sociais, também se subordinam às exigências da acumulação do capital” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 156). Para Faleiros (2000) a política social é parte da estratégia de reprodução das relações sociais capitalistas, mas também campo de lutas onde se expressam as contradições entre capital e trabalho.

Nessa mesma direção, Pastorini (2004) destaca que as políticas sociais não eliminam as desigualdades estruturais, mas operam na sua gestão, amenizando seus efeitos mais agudos sem alterar suas causas. Assim, observa-se que tais políticas não

superam as determinações estruturais da desigualdade, mas atuam na sua administração, revelando sua natureza contraditória entre proteção social e reprodução das relações capitalistas.

A assistência estudantil pode ser compreendida como uma mediação no interior das políticas sociais que incidem sobre a reprodução social dos estudantes, especialmente aqueles oriundos das classes trabalhadoras. Nesse sentido, não se restringe ao apoio pontual, mas constitui-se como condição objetiva para o acesso e a permanência no ensino superior, ao mitigar as expressões da questão social que incidem sobre a trajetória acadêmica (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

No âmbito normativo, a PNAES estabelece que suas ações têm como finalidade “ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos”, constatando que a assistência estudantil é concebida como instrumento de democratização do acesso e permanência (BRASIL, 2024).

A partir dessa perspectiva, a assistência estudantil se configura como uma política contraditória: ao mesmo tempo em que amplia o acesso e a permanência no ensino superior, também opera como instrumento de regulação das desigualdades sociais. Yazbek (2001) problematiza o papel do Estado e das políticas sociais, demonstrando que, embora estas atuem no enfrentamento das expressões mais agudas da questão social, frequentemente operam de forma focalizada e seletiva, sem alterar suas determinações estruturais. Assim, as políticas sociais tendem a administrar a pobreza, em vez de superá-la, reforçando a lógica de regulação das desigualdades.

Nesse contexto, emerge a necessidade de problematizar a assistência estudantil como expressão da política social contemporânea, especialmente em um cenário marcado por restrições orçamentárias, focalização das políticas sociais e intensificação das desigualdades sociais.

Diante disso, o presente estudo tem por objetivo analisar em que medida a assistência estudantil no Instituto Federal do Pará (IFPA), enquanto *locus* da pesquisa de doutorado, se configura como expressão contraditória das políticas sociais no capitalismo contemporâneo, ora operando como mecanismo de garantia de direitos, ora como instrumento de gestão da questão social, explicitando, assim, seus limites estruturais, suas contradições e suas potencialidades no âmbito do ensino superior público.

2. Assistência Estudantil: uma política social entre a garantia de direitos e a gestão da questão social

A política social no capitalismo deve ser compreendida como produto das contradições inerentes à sociabilidade capitalista. Nesse sentido, não se trata de uma concessão neutra do Estado, mas de uma resposta às expressões da desigualdade social produzidas pela dinâmica de acumulação. Conforme aponta Marx (2013), a produção capitalista gera, simultaneamente, riqueza e pobreza, configurando a base material da chamada “questão social”.

Nesse contexto, a política social emerge como mediação dessas contradições com funções ambíguas: ao mesmo tempo em que amplia a proteção social, também atua como mecanismo de regulação das desigualdades, contribuindo para a manutenção da ordem social vigente.

A assistência estudantil insere-se nesse campo como uma política pública voltada à permanência no ensino superior, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa política se apresenta como instrumento de democratização da educação, ao possibilitar que estudantes das classes trabalhadoras não apenas ingressem, mas também permaneçam nas instituições públicas. Entretanto, sua operacionalização revela limites importantes, especialmente no que se refere à focalização e ao financiamento.

A focalização, baseada em critérios de renda, implica a seleção de beneficiários, restringindo o acesso universal ao direito à permanência. Tal característica revela o tensionamento entre a perspectiva de direito social e a lógica de políticas compensatórias, conforme discutem Behring e Boschetti (2011) e Yazbek (2001).

A assistência estudantil expressa, de forma concreta, as contradições da política social no capitalismo contemporâneo. Por um lado, constitui-se como instrumento de ampliação de direitos, ao garantir condições mínimas para a permanência estudantil. Por outro, opera como mecanismo de gestão da questão social, ao atuar sobre os efeitos das desigualdades sem incidir sobre suas causas estruturais.

Do ponto de vista marxista, essa contradição pode ser compreendida a partir da função do Estado na reprodução das relações sociais. A assistência estudantil contribui para a reprodução da força de trabalho qualificada, ao viabilizar a formação de estudantes que, posteriormente, serão inseridos no mercado de trabalho.

Além disso, o alcance da política de assistência estudantil tem se configurado como estruturalmente limitado frente à demanda existente. Embora haja um contingente expressivo de estudantes com perfil socioeconômico compatível com os critérios de elegibilidade, apenas uma parcela é efetivamente contemplada, em razão da insuficiência de recursos orçamentários. Essa defasagem entre demanda e cobertura revela o subfinanciamento estrutural da política, produzindo o que se pode denominar de exclusões internas, isto é, a não inclusão de sujeitos que, embora formalmente elegíveis, permanecem desassistidos.

Soma-se a isso outro elemento de contradição: os próprios critérios de elegibilidade, ao estabelecerem recortes rígidos e mecanismos seletivos de acesso, acabam por restringir ainda mais o alcance da política, dificultando a inclusão de estudantes que vivenciam situações concretas de vulnerabilidade, mas que não se enquadram integralmente nos parâmetros estabelecidos. Tal dinâmica revela o caráter seletivo e focalizado das políticas sociais no capitalismo, que operam predominantemente na gestão das expressões da questão social, em vez de promover sua superação.

Nesse sentido, a assistência estudantil não supera as desigualdades educacionais, mas contribui para sua administração, garantindo níveis mínimos de inclusão sem alterar a estrutura que produz a exclusão.

A análise da assistência estudantil, sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, exige compreendê-la como parte do conjunto de estratégias do Estado voltadas à reprodução das condições de acumulação capitalista. Nesse sentido, a política social não deve ser interpretada como esfera autônoma, mas como dimensão articulada à dinâmica do capital.

A assistência estudantil, ao garantir condições mínimas de permanência, contribui para a formação de força de trabalho qualificada, elemento fundamental para a reprodução ampliada do capital. Assim, ao mesmo tempo em que atende demandas imediatas da classe trabalhadora, também responde às necessidades estruturais do sistema produtivo.

Essa dualidade demonstra que a política social opera em um campo de contradições: atende parcialmente às demandas sociais, mas dentro de limites que não comprometem a lógica de acumulação. Dessa forma, a assistência estudantil,

particularmente aquela desenvolvida no âmbito do IFPA, pode ser compreendida como uma política que atua na mediação das desigualdades, ao viabilizar condições de permanência para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sem, contudo, questionar a base estrutural que produz e reproduz tais desigualdades.

O presente artigo integra um estudo mais amplo em nível de doutorado, do qual este artigo apresenta resultados parciais, caracteriza-se como de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com base em revisão bibliográfica e análise documental. O estudo foi desenvolvido a partir da análise da política de assistência estudantil no IFPA, tomando como base dados empíricos oriundos dos processos de solicitação de acesso aos programas de assistência.

No que se refere aos aspectos éticos, a presente pesquisa utilizou dados secundários provenientes de questionários disponíveis no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e de informações públicas acessadas no site institucional do IFPA. Ressalta-se que os dados analisados não permitiram a identificação dos sujeitos, garantindo-se o anonimato e a confidencialidade das informações. A utilização dos dados ocorreu exclusivamente para fins acadêmico-científicos, em conformidade com os princípios éticos que regem a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Por se tratar de análise documental e de dados institucionais de acesso público ou não identificáveis, a pesquisa não implicou riscos diretos aos participantes.

Os dados institucionais do IFPA analisados demonstram que os estudantes beneficiários da assistência estudantil são, majoritariamente, oriundos das classes trabalhadoras, com baixa renda e inserção precária no mercado de trabalho. As dificuldades de permanência estão diretamente relacionadas às condições materiais de existência.

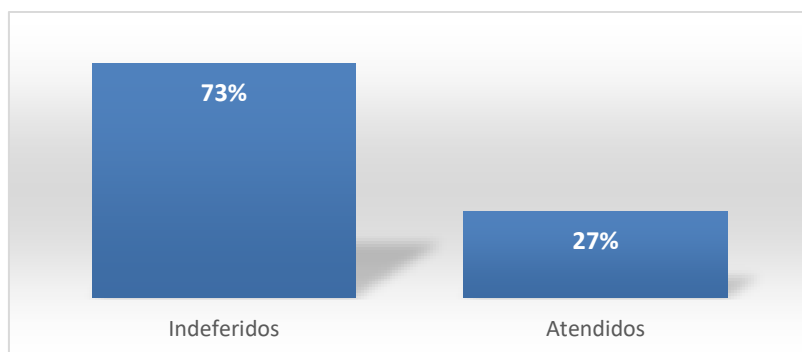
A assistência estudantil, nesse contexto, desempenha papel fundamental na permanência dos estudantes, tendo como objetivo principal a redução da evasão. Contudo, sua operacionalização é tensionada por restrições orçamentárias e pela lógica focalizada do atendimento, inviabilizando sua universalização e revelando os limites de sua efetivação como direito social.

A análise dos dados foi orientada pelo referencial crítico das políticas sociais, fundamentado na tradição marxista, que compreende tais políticas como mediações inseridas nas contradições do modo de produção capitalista. Conforme assinala Marx, “a

acumulação de riqueza num polo e, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria [...] no polo oposto” (MARX, 2013, p. 721), o que permite interpretar as políticas sociais como parte da gestão dessas desigualdades.

Os dados apresentados na Figura 1 revelam uma significativa limitação no alcance da política de assistência estudantil frente à demanda existente. Verifica-se que 73% dos estudantes que solicitaram acesso aos programas tiveram seus processos indeferidos, enquanto apenas 27% foram efetivamente contemplados. Esse resultado revela uma expressiva discrepância entre o número de solicitantes e a capacidade institucional de atendimento, indicando que a política não atende à totalidade dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Figura 1 – Distribuição dos estudantes quanto ao acesso à assistência estudantil



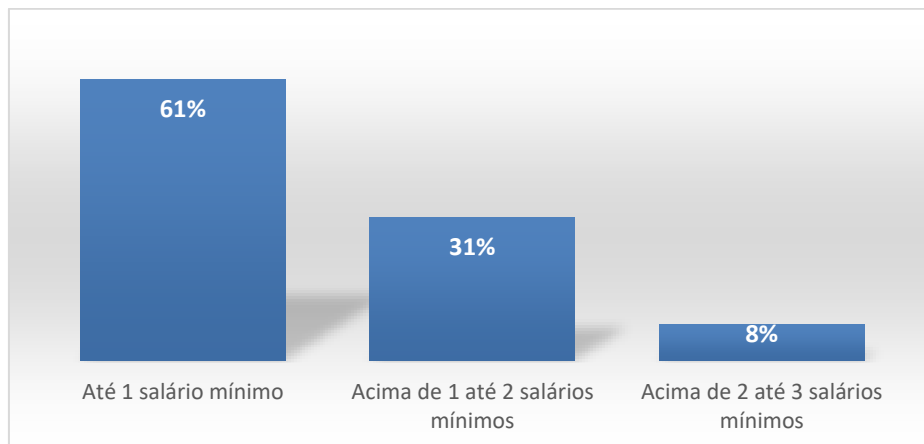
Fonte: dados da pesquisa/2026

Essa defasagem entre demanda e cobertura aponta para o subfinanciamento estrutural da assistência estudantil, uma vez que a restrição de recursos orçamentários impõe limites concretos à ampliação do atendimento. Como consequência, observa-se a produção de exclusões internas, caracterizadas pela não inclusão de estudantes que, embora apresentem perfil compatível com os critérios estabelecidos, permanecem desassistidos. Tal cenário é agravado pelos próprios critérios de elegibilidade, que, ao operarem por meio de recortes seletivos e parâmetros rígidos, acabam por restringir ainda mais o acesso.

A distribuição dos estudantes quanto ao acesso à assistência estudantil revela o alcance da política no interior do IFPA. Observa-se que, embora a assistência estudantil se constitua como um direito, seu acesso não se dá de forma universal, alcançando apenas uma parcela dos estudantes. Esse dado mostra o caráter seletivo da política, que, ao operar com critérios de elegibilidade, delimita seu público-alvo, demonstrando sua

inserção no campo das políticas focalizadas.

Figura 2 – Distribuição dos estudantes por renda bruta familiar



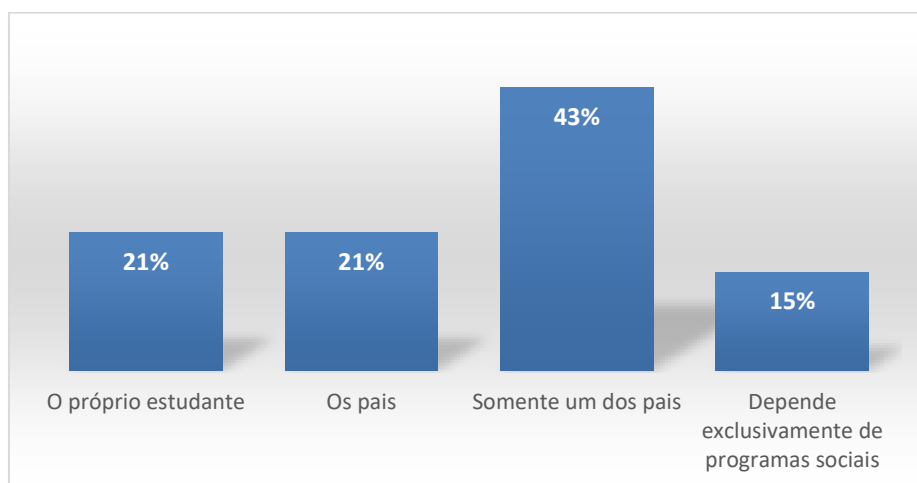
Fonte: dados da pesquisa/2026

A figura referente à renda bruta familiar revela, de forma contundente, a concentração dos estudantes nas faixas de menor renda, revelando um perfil socioeconômico marcado pela vulnerabilidade. Observa-se que 61% dos estudantes possuem renda familiar de até 1 salário-mínimo, configurando a maioria absoluta e indicando condições materiais bastante restritas. Em seguida, 31% situam-se na faixa de acima de 1 até 2 salários-mínimos, o que, embora represente uma ligeira ampliação da renda, ainda se insere em um contexto de limitações econômicas significativas.

Apenas 8% dos estudantes apresentam renda entre 2 e 3 salários-mínimos, revelando a baixa representatividade de famílias com condições financeiras relativamente mais estáveis. A ausência de faixas superiores reforça a ideia de que o público analisado é majoritariamente composto por sujeitos oriundos das camadas populares.

Do ponto de vista analítico, os dados indicam que o acesso e a permanência no ensino estão profundamente condicionados pelas desigualdades socioeconômicas, o que torna a assistência estudantil um instrumento essencial para garantir condições mínimas de continuidade dos estudos. Contudo, sob uma perspectiva crítica, essa realidade também demonstra o caráter contraditório da política de assistência estudantil, que, ao responder às necessidades imediatas dos estudantes, atua na mediação das expressões da questão social, sem, entretanto, alterar as estruturas que produzem e reproduzem tais desigualdades.

Figura 3 – Responsáveis pela manutenção financeira familiar.



Fonte: dados da pesquisa/2026

A figura 3 demonstra a configuração dos responsáveis pela manutenção financeira familiar dos estudantes, revelando um cenário marcado por fragilidade econômica e diversidade de arranjos familiares. Observa-se que a maior parcela, correspondente a 43%, depende de apenas um dos pais, o que indica a predominância de estruturas monoparentais ou de divisão desigual das responsabilidades financeiras, potencializando situações de vulnerabilidade.

Em seguida, aparecem com igual representatividade (21% cada) os estudantes que têm sua manutenção garantida por ambos os pais e aqueles que são responsáveis pelo próprio sustento. Este último dado é particularmente relevante, pois evidencia a necessidade de conciliação entre trabalho e estudo, o que pode impactar diretamente o desempenho acadêmico e as condições de permanência.

Por fim, 15% dos estudantes declararam depender exclusivamente de programas sociais, o que explicita a centralidade das políticas públicas na garantia de condições mínimas de sobrevivência para uma parcela significativa desse público.

Os dados reforçam que os estudantes estão inseridos em contextos socioeconômicos marcados por instabilidade e limitações materiais, o que confere à assistência estudantil um papel fundamental na viabilização da permanência acadêmica. Ao mesmo tempo, explicita-se o caráter contraditório dessa política, que atua na resposta às demandas imediatas, mas se mantém no âmbito da gestão das expressões da questão social, sem incidir sobre suas determinações estruturais.

Nesse sentido, no âmbito do IFPA, essa política se materializa como um importante mecanismo de garantia de condições mínimas de permanência, por meio da oferta de auxílios e serviços. Contudo, sob uma perspectiva crítica, tais dados também reforçam o caráter contraditório da política de assistência estudantil, que, ao mesmo tempo em que atende demandas concretas e imediatas dos estudantes, atua na mediação das expressões da questão social, sem incidir sobre suas determinações estruturais. Nesse bojo a “questão social” deve ser entendida “com base no confronto de interesses contraditórios que trazem como consequência as desigualdades nas sociedades capitalistas”. (PASTORINI, 2004, p. 38)

Nessa direção, Faleiros (2000) afirma que as políticas sociais no capitalismo se constituem como formas de regulação das expressões da questão social, não eliminando suas causas estruturais, mas administrando seus efeitos. Do mesmo modo, Behring e Boschetti (2011) destacam que tais políticas assumem caráter seletivo e focalizado, direcionando-se a segmentos específicos da população e operando sob limites impostos pela lógica fiscal e orçamentária do Estado.

Assim, os resultados obtidos corroboram a interpretação de que a assistência estudantil, embora fundamental para a permanência discente, encontra-se atravessada por limites estruturais que condicionam seu alcance. A elevada taxa de indeferimento não se configura, portanto, como um fenômeno isolado, mas como expressão concreta da insuficiência de financiamento e da lógica seletiva que orienta a política.

Nessa direção, a assistência estudantil opera como resposta às expressões da questão social que atravessam a trajetória acadêmica, como a insuficiência de renda, a insegurança alimentar e a precarização das condições de vida. Para Iamamoto (2007), a questão social expressa “o conjunto das desigualdades sociais produzidas pelas relações sociais capitalistas” (IAMAMOTO, 2007, p. 27), o que demonstra que o acesso ao ensino superior não garante, por si só, a permanência dos estudantes. Assim, ao viabilizar condições objetivas de sobrevivência, a assistência estudantil se insere no campo das estratégias estatais de enfrentamento das desigualdades.

Contudo, conforme assinala Yazbek (2001), as políticas sociais tendem a operar “mais para o alívio da pobreza do que para sua superação” (YAZBEK, 2001, p. 38), evidenciando seu caráter contraditório: ao mesmo tempo em que amplia o acesso e a permanência, também atua na gestão das desigualdades sociais.

Considerações Finais

A análise desenvolvida demonstra que a política de assistência estudantil, embora constitua um importante instrumento de apoio à permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, apresenta limites significativos quanto à sua capacidade de atendimento. A discrepância entre o número de solicitantes e o quantitativo de estudantes contemplados demonstra que o acesso à política é restrito, produzindo exclusões internas que comprometem sua efetividade.

O subfinanciamento estrutural emerge como elemento central para a compreensão dessa limitação, ao impor barreiras concretas à ampliação da cobertura. Ademais, os critérios de elegibilidade, ao operarem de forma seletiva e restritiva, contribuem para a não inclusão de estudantes que vivenciam condições reais de vulnerabilidade, mas que não se enquadram integralmente nos parâmetros estabelecidos.

À luz do referencial crítico, compreende-se que tais limites não são meramente conjunturais, mas expressam determinações estruturais das políticas sociais no capitalismo. A assistência estudantil não pode ser interpretada exclusivamente como garantia de direitos, mas como parte das estratégias de enfrentamento e gestão das expressões da questão social. Nesse sentido, a política social revela sua dupla função: ao mesmo tempo em que atende demandas sociais legítimas, também atua na regulação das desigualdades produzidas pelo próprio sistema capitalista. Conforme a tradição teórica inaugurada por Marx, essas políticas tendem a atuar mais na regulação das desigualdades do que em sua superação, o que se confirma no caso analisado.

Diante disso, destaca-se a necessidade de ampliação do financiamento da assistência estudantil e de revisão dos critérios de elegibilidade, de modo a possibilitar maior abrangência e efetividade da política, contribuindo, ainda que de forma limitada, para a redução das desigualdades no acesso e permanência no ensino superior.

Dessa forma, a assistência estudantil pode ser compreendida como uma política que opera em um campo de tensão permanente: ao mesmo tempo em que materializa conquistas da classe trabalhadora no acesso à educação, também se insere nos mecanismos de reprodução das relações sociais capitalistas. Essa dualidade não deve ser vista como uma incoerência, mas como expressão da própria natureza contraditória das políticas sociais no capitalismo.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 11/04/2026.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024.** Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 jul. disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14914.htm. Acesso em: 11/04/2026.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais.** São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche.** São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS**, Brasília, n.3, p. 9-32, 2001.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1982.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate.** São Paulo: Cortez, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil.** Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, Brasília, n.3, p. 33-40, 2001.